

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

MARINA WEBER

**APLICAÇÃO DA TEORIA DO DUTY TO MITIGATE THE LOSS AOS CONTRATOS
DE SEGURO NO BRASIL**

CURITIBA
2017

MARINA WEBER

APLICAÇÃO DA TEORIA DO DUTY TO MITIGATE THE LOSS AOS CONTRATOS
DE SEGURO NO BRASIL

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel, Curso de Direito,
Setor de Jurídicas, Universidade Federal do Pa-
raná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Nalin.

CURITIBA

2017

À minha família e àqueles que não podem estar presentes comigo hoje, meus avós Orlando e Josefa. Sem vocês, não seria possível encerrar mais essa etapa em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, meus agradecimentos vão para meus pais, Karem e Roberto, que sempre estiveram presentes na minha vida, seja me apoiando, celebrando minhas vitórias ou me guiando para o melhor caminho possível. Obrigada por sempre terem se sacrificado pela minha criação, por terem me feito colocar os estudos acima de tudo e por me mostrarem a importância da honestidade e da educação.

Meus agradecimentos vão também para minha irmã, Bianca Weber. Obrigada pelas sempre muito pertinentes cobranças em toda minha vida acadêmica, pelas lições de Direito, pelas lições de vida e, mais do que isso, obrigada por me apoiar sempre.

Agradeço, ainda, aos meus avós, Orlando e Josefa, que, mesmo que tenham deixado o plano material há um tempo, sempre estiveram comigo, seja nas minhas lembranças mais felizes, seja como meus anjos da guarda.

Em tempo, também não posso deixar de agradecer uma das pessoas que, com todo seu carinho e paciência, me fez conseguir passar por este ano cheio de obstáculos acadêmicos, pessoais e profissionais. Ricardo, obrigada por ter escolhido me acompanhar nessa jornada e por ter me ajudado a enfrentar essa fase com leveza e alegria.

Por fim, também não posso deixar de agradecer aos meus queridos amigos Miguel Ângelo Moutinho Neto e Mayara Neimann que, presentes ao longo de toda minha trajetória acadêmica e sempre muito mais sensatos que eu, são umas das únicas pessoas capazes de colocar meus pés no chão. Obrigada por sempre tirarem o melhor de mim, e, sobretudo, por todos os momentos que vivemos ao longo destes cinco anos que, sem nenhuma dúvida, vão me marcar por toda vida.

*Não percas a tua fé entre as sombras do mundo.
Ainda que os teus pés estejam sangrando, segue para a frente,
erguendo-a por luz celeste, acima de ti mesmo.
Crê e batalha.
Esforça-te no bem e espera com paciência.
Tudo passa e tudo se renova na Terra, mas o que vem do céu
permanecerá.
De todos os infelizes, os mais desditosos são os que perderam
a confiança em Deus e em si mesmos, porque o maior infortú-
nio é sofrer a privação da fé e prosseguir vivendo.
Eleva, pois, o teu olhar e caminha.
Luta e serve.
Aprende e adianta-te.
Brilha a alvorada além da noite.
Hoje é possível que a tempestade te amarfane o coração e te
atormente o ideal, aguilhoando-te com aflição ou ameaçando-
te com a morte...
Não te esqueças, porém, de que amanhã será outro dia.*

Chico Xavier

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto a análise da aplicação da teoria do *duty to mitigate the loss* aos contratos de seguro no direito brasileiro. Com origem no direito anglo-saxão, a teoria diz respeito ao dever de o credor adotar condutas capazes de diminuir os prejuízos resultantes da violação do contrato por parte do devedor. Decorrente do princípio da boa-fé objetiva, se encontra ao lado de deveres como o de lealdade, informação e cooperação. Por ser expressão do princípio da boa-fé e por estar conectado ao dever de cooperação entre os contratantes, o *duty to mitigate the loss* ganha grande importância nas relações securitárias, haja vista que nos contratos de seguro é imprescindível que as partes guardem a mais estrita boa-fé para seu pleno cumprimento. Não por outra razão, o dever de mitigar o dano impõe ao segurado que, diante da materialização do risco previsto na apólice, sejam tomadas todas as medidas possíveis para evitar o agravamento dos prejuízos decorrentes do sinistro, sob pena de perder, total ou parcialmente, o direito à indenização.

Palavras-chave: boa-fé; dever de cooperação; *duty to mitigate the loss*; contratos de seguro.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze the application of the theory of the duty to mitigate the loss to insurance contracts in Brazilian law. Based on Anglo-Saxon law, the theory concerns the duty of the creditor to adopt measures capable of reducing the losses resulting from the breach of the contract by the debtor. Resulting from the principle of objective good faith, it is alongside duties such as loyalty, information and cooperation. As an expression of the principle of good faith and because it is connected to the duty of cooperation between the contractors, the duty to mitigate the loss is of great importance in the security relations, since in the insurance contracts it is essential that the parties keep the strictest good faith for its full compliance. Not for any other reason, the duty to mitigate the damage requires the insured to take all possible measures to avoid any further damage caused by the accident, under penalty of losing, totally or partially, the right to compensation.

Key-words: good faith; due to cooperate; duty to mitigate the loss; insurance contracts.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 O DUTY TO MITIGATE THE LOSS.....	10
2.1 A CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS E O DEVER DE MITIGAÇÃO DO DANO	11
2.2 RELAÇÕES ENTRE O DUTY TO MITIGATE THE LOSS E A BOA-FÉ OBJETIVA.....	14
2.3 O ACOLHIMENTO DA TEORIA NO DIREITO BRASILEIRO	19
3 CONTRATOS DE SEGURO	24
3.1 NATUREZA JURÍDICA E ELEMENTOS DOS CONTRATOS DE SEGURO	27
3.2 DEVERES DAS PARTES NA RELAÇÃO SECURITÁRIA.....	30
3.3 A BOA FÉ COMO PRINCÍPIO COGENTE PARA O EXERCÍCIO DO CONTRATO DE SEGURO	31
4 APLICAÇÃO DO DUTY TO MITIGATE THE LOSS NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO	36
4.1 PONTOS DE CONTATO ENTRE O DUTY TO MITIGATE THE LOSS E A BOA FÉ NOS CONTRATOS DE SEGURO.....	37
4.2 O CÓDIGO CIVIL E O DEVER DE MITIGAR O PRÓPRIO PREJUÍZO NAS RELAÇÕES SECURITÁRIAS	38
6 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo de investigar o princípio do *duty to mitigate loss*, proposta basilar do direito comparado, especialmente voltado para contratos de seguro.

Suas origens no direito brasileiro remetem aos estudos da professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vera Maria Jacob de Fradera, tendo se consagrado no direito brasileiro com a aprovação do Enunciado 169 pela III Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal, segundo o qual “O princípio da boa-fé objetiva deve levar o credor a evitar o agravamento do próprio prejuízo”¹.

Em linhas gerais, o tema aborda a preocupação do direito com o comportamento das partes, atendendo à uma visão funcionalizada do direito. Ao lado dos elementos acessórios da boa-fé objetiva como, por exemplo, o *venire contra factum proprium*, o *tu quoque*, a *supressio* e a *surrectio*, guarda maior relação com os deveres de lealdade e confiança².

O *duty to mitigate the loss* ganha extrema importância para os contratos de seguro, haja vista que referidos contratos lidam com a boa-fé em sua maior intensidade, notadamente porque objetivam fornecer garantias aos interesses legítimos dos segurados.

Partindo dessa premissa, o presente trabalho buscará analisar a imprescindibilidade de que, em face da existência de um sinistro, o segurado adote medidas capazes de mitigar os próprios prejuízos, de forma a evitar que os efeitos do evento danoso possam ser agravados em razão de sua inércia.

No primeiro capítulo, explorar-se-á o princípio do dever de mitigar o dano à luz da Convenção de Viena de 1980, bem como sua aplicabilidade no direito brasileiro como corolário da boa-fé objetiva.

O segundo capítulo, por sua vez, procurará lidar com questões e elementos dos contratos de seguro, sua natureza, os direitos e deveres dos contratantes, bem como fará uma análise detalhada acerca da importância da boa-fé para sua execução.

Por fim, procurar-se-á estabelecer a importância para a sociedade e para os contratos de seguro do dever de mitigar o próprio dano, o qual deve ser observado na

¹ TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único. 6ª ed. São Paulo: Método. 2016. Pág. 658.

² DIAS, Daniel Pires Novais. **O duty do mitigate the loss no direito civil brasileiro e o encargo de evitar o próprio dano**. Revista de Direito Privado, vol. 45 ano 2011 pgs. 89-144.

relação contratual por meio da atuação leal das partes contratantes. Além disso, com vistas a demonstrar a relevância da aplicação da teoria, o tópico se dedicará a análise de julgados dos Tribunais pátrios, objetivando delinear os contornos atribuídos ao tema pela jurisprudência brasileira.

2 O DUTY TO MITIGATE THE LOSS

O dever de mitigar o prejuízo (*duty to mitigate the loss*) deita suas raízes no direito anglo saxão, onde é amplamente aceito pela doutrina e pela jurisprudência, notadamente no direito contratual inglês e norte-americano³.

Em matéria de inadimplemento contratual, os Tribunais dos países da *common law*, em um primeiro momento, reconheceram que ao credor era lícito buscar terceiro capaz de cumprir a obrigação que o devedor tivesse deixado de cumprir, ressaltado o direito de pleitear indenização face o devedor inadimplente.

Todavia, insatisfeitos com as inúmeras ações indenizatórias ajuizadas, diversos devedores buscaram meios para a redução da indenização devida aos credores, sob o argumento de que, para a quantificação da indenização, deveriam ser descontados os danos que pudessem ter sido evitados pela atuação diligente do credor.

Assim, foi fixado o entendimento jurisprudencial de que os danos que tivessem sido minimizados ou aqueles que pudessem ter sido evitados pelo polo ativo da obrigação não deveriam compor o valor da indenização⁴.

A partir da evolução do *duty to mitigate the loss* nos países de origem anglo-saxã, o dever de mitigar passou a ganhar destaque também nos países de tradição romano-germânica, em que pese recebam tratamentos diferentes.

Conforme leciona Christian Sahb Batista Lopes, nos países de tradição da *common law*, a teoria da mitigação é aplicável na fase de quantificação dos danos, sendo considerada como princípio autônomo, em fase posterior à questão da causalidade⁵.

Por outro lado, nos países adeptos à *civil law*, a teoria da mitigação aparece como correlata ao conceito de culpa ou de causalidade, haja vista que o credor que não mitiga seus danos é por eles culpado, sendo utilizada a doutrina da culpa concorrente ou da culpa exclusiva da vítima para sua interpretação.

De ampla aplicação no âmbito internacional, o *duty to mitigate the loss* aparece no texto de convenções e de princípios que regem o sistema de contratos internacionais, como é o caso da Convenção de Viena de Contratos de Compra e Venda Internacional e dos Princípios da *Unidroit*.

³ LOPES, Christian Sahb Batista. **Mitigação dos prejuízos no direito contratual**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Pág. 20.

⁴ *Ibidem*. Pág. 21.

⁵ *Ibidem*. Pág. 56.

Já no que se refere ao surgimento da teoria no Brasil, o *duty to mitigate the loss* passou a ganhar destaque com a publicação do artigo intitulado “Pode o credor ser instado a diminuir o próprio prejuízo?” pela professora Véra Maria Jacob de Fradera no ano de 2004.

Em seu texto, a autora explicitou que em diversos sistemas jurídicos internacionais, há a imposição ao credor de adotar medidas capazes de minimizar possíveis perdas decorrentes do inadimplemento contratual por parte do devedor, sob pena de ter sua indenização reduzida em valor proporcional aos danos que poderiam ter sido mitigados ou evitados.

O artigo apresentado por Fradera indaga sobre a possibilidade de recepção da teoria pelo direito brasileiro, tendo a autora se posicionado em sentido afirmativo, defendendo que a mitigação do dano pode ser compreendida no ordenamento jurídico pátrio como um dever anexo à boa-fé objetiva e decorrente do dever de cooperação entre as partes contratantes:

No sistema do Código Civil de 2002, o duty to mitigate the loss poderia ser considerado um dever acessório, derivado do princípio da boa-fé objetiva, pois nosso legislador, com apoio na doutrina anterior ao atual Código, adota a concepção cooperativa de contrato⁶.

Pois bem. Partindo das premissas abalizadas pela professora gaúcha, o presente capítulo irá se dedicar à análise do acolhimento do fenômeno no direito brasileiro e de suas implicações para o direito contratual.

2.1 A CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS E O DEVER DE MITIGAÇÃO DO DANO

Inicialmente, cumpre discorrer acerca das origens da Convenção de Viena sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG) e delinear seu âmbito de abrangência no cenário da regulação dos contratos internacionais.

A CISG surge no ano de 1980 como resultado de um esforço legislativo que se iniciou no século XX pelos membros da UNCITRAL (*United Nations Commission of Trade Law*), tendo como âmbito de aplicação os contratos de compra e venda de bens,

⁶ FRADERA, Véra Maria Jacob de. **Pode o credor ser instado a diminuir o próprio prejuízo?** Revista trimestral de direito civil. Rio de Janeiro: v. 1, pg. 109-119, jul./set. 2004. Pág. 116.

nos quais as partes contratantes pertencem à países com diferentes regimes jurídicos ou, ainda, aos casos em que as partes optem expressamente pela sua aplicação.

Com o objetivo de fomentar as transações comerciais entre os países, a CISG apresenta uma série de mecanismos capazes de atenuar os obstáculos encontrados pelos comerciantes ante a existência de diferentes normas jurídicas aplicáveis ao caso concreto, representando, assim, verdadeira uniformização de regimes distintos, por meio da harmonização e unificação da matéria de direito contratual⁷.

Isto é, inclusive, o que se pode extrair da análise do preâmbulo da Convenção:

Sendo a opinião de que a adoção de regras uniformes que regem os contratos de compra e venda internacional de mercadorias levem em conta os diferentes sistemas sociais, econômicos e legais, contribuiria para a remoção das barreiras legais no comércio internacional e para a promoção do desenvolvimento do comércio internacional⁸.

Em razão do seu caráter harmonizador e unificador, a Convenção de Viena de 1980 conta atualmente com 88 países signatários⁹, dentre eles o Brasil, no qual o texto passou a vigorar apenas em 16 de outubro de 2014, por meio do Decreto nº 8.327 promulgado pela então presidente do país, Dilma Rousseff.

Aliás, conforme lecionam Paulo Nalin e Hugo Sirena, o sucesso da CISG como fenômeno global, se deu, justamente, pela proposta de uniformização de regimes jurídicos distintos, sendo que a regulação da sistemática de compra e venda internacional se tornou possível em razão dos fundamentos adotados pelo texto da Convenção, sobretudo no que concerne à instituição da boa-fé como princípio norteador das relações de comércio internacional¹⁰.

⁷ NALIN, Paulo Roberto Ribeiro; SIRENA, Hugo. **A convenção de Viena de 1980 e a sistemática contratual brasileira: a recepção principiológica do duty to mitigate the loss**. Revista Jurídica. Porto Alegre: v. 60, pg. 31-46, dez. 2012. Pág. 33.

⁸ “*Being of the opinion that the adoption of uniform rules which govern contracts for the international sale of goods and take into account the different social, economic and legal systems would contribute to the removal of legal barriers in international trade and promote the development of international trade*”. UNITED NATIONS ORGANIZATION. United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (Vienna, 1980) (CISG). Disponível em: <<http://www.uncitral.org/pdf/english/texts/sales/cisg/V1056997-CISG-e-book.pdf>>. Acesso em 19 de jul. de 2017.

⁹ Status - United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (Vienna, 1980). Disponível em: <http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/sale_goods/1980CISG_status.html>. Acesso em 21 de out. de 2017.

¹⁰ NALIN, Paulo Roberto Ribeiro; SIRENA, Hugo. **A convenção de Viena de 1980 e a sistemática contratual brasileira: a recepção principiológica do duty to mitigate the loss**. Revista Jurídica. Porto Alegre: v. 60, pg. 31-46, dez. 2012. Pág. 34-35.

Neste sentido, como expressão da adoção do princípio da boa-fé pela CISG, é possível falar na previsão contida em seu art. 77, que dispõe acerca da aplicação da teoria da mitigação do dano aos contratos de compra e venda internacional, *in verbis*:

Art. 77. A parte que invocar o inadimplemento do contrato deverá tomar as medidas que forem razoáveis, de acordo com as circunstâncias, para diminuir os prejuízos resultantes do descumprimento, incluídos os lucros cessantes. Caso não adote estas medidas, a outra parte poderá pedir redução na indenização das perdas e danos, no montante da perda que deveria ter sido mitigada.

Da análise do referido dispositivo, ressalta a utilização da expressão “*deverá*”, a qual dá margem à diversos debates doutrinários acerca da natureza da teoria da mitigação dos danos.

De acordo com Christian Sahb Batista Lopes, o entendimento prevalecente na doutrina segue no sentido de que o texto do art. 77 da CISG não trata de um dever propriamente dito. Pondera, todavia, que não se deve buscar no direito interno dos países signatários qual a natureza jurídica da teoria, haja vista que isto seria incompatível com o próprio caráter internacional e unificador da Convenção¹¹.

No tocante à interpretação dada ao dispositivo, insta esclarecer que o dever de mitigar pode ser visto como expressão da boa-fé no comércio internacional, haja vista que o art. 7º, I, da Convenção¹², prevê que as relações negociais deverão se desenvolver em consonância com a boa-fé.

Assim, ao se exigir a adoção de medidas razoáveis para evitar eventuais danos decorrentes do descumprimento contratual, a avaliação da conduta do credor deverá ser realizada tomando por base qual seria a reação de um indivíduo diante de circunstâncias semelhantes e guiado pela boa-fé, tendo como base, ainda, os usos e costumes do comércio internacional¹³.

¹¹ LOPES, Christian Sahb Batista. Mitigação dos prejuízos no direito contratual. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Pág. 80.

¹² Artigo 7: (1) Na interpretação desta Convenção ter-se-ão em conta seu caráter internacional e a necessidade de promover a uniformidade de sua aplicação, bem como de assegurar o respeito à boa fé no comércio internacional.

(2) As questões referentes às matérias reguladas por esta Convenção que não forem por ela expressamente resolvidas serão dirimidas segundo os princípios gerais que a inspiram ou, à falta destes, de acordo com a lei aplicável segundo as regras de direito internacional privado.

¹³ LOPES, Christian Sahb Batista. Mitigação dos prejuízos no direito contratual. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Pág. 81.

Por fim, cumpre esclarecer que a CISG possibilita ao credor a adoção de outros remédios para além da indenização por perdas e danos, como, por exemplo, o pleito de execução específica da obrigação (art. 46) ou a resolução do contrato (art. 49), os quais não serão estudados no presente trabalho, considerando a delimitação do tema à análise da teoria da mitigação do dano nos casos de inadimplemento contratual, notadamente no que se refere à sua aplicação aos contratos de seguro.

2.2 RELAÇÕES ENTRE O DUTY TO MITIGATE THE LOSS E A BOA-FÉ OBJETIVA

Para que se possa abordar o tema proposto por este tópico, preliminarmente, é necessário que sejam realizados estudos em relação àquilo que se entende por boa-fé no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente no que diz respeito ao seu aspecto objetivo.

Ao se falar de boa-fé, fala-se de princípio que deve orientar toda a experiência jurídica, servindo não só como instrumento de interpretação, mas também como norma imperativa de conduta, porquanto, de acordo com Miguel Reale, somente a partir de sua aplicação seria possível conferir justiça às relações jurídicas travadas em sociedade¹⁴.

No que concerne ao seu aspecto objetivo, a boa-fé é tida como parâmetro geral que se estabelece para guiar a conduta dos indivíduos. Neste sentido, Claudia Lima Marques assevera que:

*(...) a boa-fé objetiva é um standard, um parâmetro objetivo, geral, que não está a depender da má-fé subjetiva do fornecedor A ou B, mas de um patamar geral de atuação, do homem médio, do bom pai de família que agiria de maneira normal e razoável naquela situação*¹⁵

Em consonância leciona Flávio Tartuce, para quem a boa-fé objetiva está intrinsecamente vinculada ao comportamento dos negociantes e pode ser compreendida como sendo espécie de “*exigência de conduta leal dos contratantes*”¹⁶.

¹⁴ REALE, Miguel. História do novo Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. Pág. 248.

¹⁵ MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. *apud* NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. Do contrato: conceito pós-moderno – Em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

¹⁶ TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 6ª ed. São Paulo: Método. 2016. Pág. 625

Referido princípio se encontra positivado nos arts. 113 e 422 do Código Civil, que dispõem sobre sua aplicação como instrumento interpretativo necessário aos negócios jurídicos, bem como coloca a obrigatoriedade de sua observância em todas as fases contratuais¹⁷.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) também faz referência à boa-fé, ao dispor em seu art. 4º, III, que a Política Nacional das Relações de Consumo deverá atender a harmonização dos interesses dos participantes da relação, sempre em atenção à boa-fé e ao equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores¹⁸.

Ademais, para além do Código Civil e do CDC, a boa-fé tem status constitucional, pois, em que pese não haja menção expressa na Carta, a Constituição Federal de 1988 adota como princípio a solidariedade, daí porque, a boa-fé pode ser extraída como corolário lógico do referido princípio¹⁹.

Em relação ao seu aspecto objetivo, consoante ensinamentos de Paulo Nalin, a boa-fé objetiva possui, pelo menos, quatro funções dentro do sistema jurídico, quais sejam i) função interpretativa; ii) função integrativa; iii) função de restringir o exercício dos direitos subjetivos; e iv) função de originar deveres às partes contratantes²⁰.

Segundo o autor, a função interpretativa deriva do comando do art. 113 do Código Civil e se aplica à interpretação de todos os negócios jurídicos, não somente aos contratos. Pela função interpretativa, o negócio jurídico deve ser examinado à luz da real intenção das partes, ultrapassando a barreira daquilo que está expressamente colocado no instrumento contratual²¹.

A função integrativa da boa-fé, por sua vez, também pode ser extraída do art. 113 do Código Civil e impõe a necessidade de que, ante a existência de lacunas no contrato, seja por falta de cautela das partes ou pela simples alteração das circunstâncias fáticas, haja a tentativa de se reestabelecer o equilíbrio contratual²².

¹⁷ Art. 113. *Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.*

Art. 422. *Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.*

¹⁸ BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor**. Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ujmL8078compilado.htm>. Acesso em: 31 de ago. de 2017.

¹⁹ NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. **Do contrato: conceito pós-moderno – Em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008. Pág. 129-130.

²⁰ NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. **Boa-Fé: contextualização contemporânea e funções**. Revista da Faculdade de Direito da UFPR. Curitiba: nº 52, pg. 67-79, 2010. Pág. 72

²¹ *Ibidem*. Pág. 72

²² *Ibidem*. Pág. 73-74

No tocante à função limitadora do exercício de direitos subjetivos, Nalin afirma que sua repercussão se encontra na redação das cláusulas contratuais, vez que referida função impede que as partes estipulem disposições contratuais abusivas²³.

Já em relação à criação de deveres, o autor aponta que a função resulta do fato de que os contratos não são constituídos apenas por obrigações primárias e secundárias, mas também por deveres anexos e acessórios, os quais impõem às partes regras de conduta a serem seguidas na execução do negócio jurídico²⁴.

Não por outra razão, Clóvis V. do Couto e Silva afirma que a boa-fé objetiva se aplica a todos os partícipes da relação obrigacional, isto é, deve ser observada tanto pelo devedor quanto pelo credor, haja vista a possibilidade de criação de deveres para ambas as partes, inclusive para o credor que, de acordo com a doutrina tradicional, era considerado tão somente como titular de direitos.²⁵

Aliás, tamanha a importância dos deveres anexos e laterais, que o Conselho da Justiça Federal publicou o Enunciado 24 na I Jornada de Direito Civil, o qual determina que *“Em virtude do princípio da boa-fé, positivado no art. 422 do novo Código Civil, a violação dos deveres anexos constitui espécie de inadimplemento, independentemente de culpa”*²⁶.

Assim, a violação dos deveres anexos representa quebra positiva do contrato, gerando responsabilização civil objetiva por parte daquele que agiu contrariamente aos preceitos da boa-fé.

Dentre os deveres criados pela aplicação da boa-fé objetiva como norma de conduta, para fins do presente trabalho, importa destacar o dever de cooperação, o qual institui para ao credor a adoção de condutas positivas a fim de facilitar o cumprimento da obrigação por parte do devedor.

Conforme ensinamentos de Paulo Luiz Netto Lôbo:

Tradicionalmente, a obrigação, especialmente o contrato, foi considerada a composição de interesses antagônicos, do credor de um lado, do devedor de outro. (...) Tal esquema era adequado ao individualismo liberal, mas é inteiramente inapropriado à realização do princípio constitucional da solidariedade, sob o qual a obrigação é tomada com um todo dinâmico, processual, e não apenas como estrutura relacional de

²³ *Ibidem*. Pág. 75

²⁴ *Ibidem*. Pág. 75-76

²⁵ COUTO E SILVA, Clóvis V. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006. Pág. 33.

²⁶ CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **I Jornada de Direito Civil, Enunciado 24**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/>>. Acesso em: 25 de out. de 2017.

*interesses individuais. O antagonismo foi substituído pela cooperação, tido como dever de ambos os participantes e que se impõe aos terceiros, como vimos na tutela externa do crédito. Revela-se a importância não apenas da abstenção de condutas impeditivas ou inibitórias, mas das condutas positivas que facilitem a prestação do devedor.*²⁷

No mesmo sentido, ao abordar o tema, Paulo Nalin afirma que a cooperação se encontra na própria raiz da relação obrigacional e pode ser caracterizada como o dever imposto ao credor de atenuar os encargos atribuídos ao devedor, de forma a facilitar que as obrigações contratuais possam ser efetivamente cumpridas pelo polo passivo da relação²⁸.

Igualmente importante é o princípio da solidariedade contratual, o qual pressupõe a existência de uma relação de interdependência entre os interesses das partes, colocando credor e devedor em posição não mais de antagonistas, mas de sujeitos que devem cooperar entre si para o cumprimento das obrigações assumidas pelo contrato²⁹.

Uma vez estabelecidas as premissas básicas acerca da boa-fé objetiva e sobre seus deveres anexos, torna-se possível a análise do *duty to mitigate the loss*, o qual, segundo maior parte da doutrina, pode ser considerado como sendo expressão do dever de colaboração, e, portanto, decorrente diretamente do princípio da boa-fé.

Em linhas gerais, o tema versa sobre a necessidade de se adotar comportamentos coerentes com uma visão funcionalizada do direito. Integrante dos elementos acessórios da boa-fé objetiva, vem alinhado com a vedação ao *venire contra factum proprium*, ao *tu quoque*, à *supressio* e à *surrectio*, que em português, conforme leciona Daniel Pires Novais Dias, podem ser sintetizadas como lealdade e confiança³⁰.

A aplicação da teoria da mitigação do dano surge no cenário de descumprimento de determinado negócio jurídico. Isso porque, o inadimplemento contratual pode gerar prejuízos ao credor, dentro os quais alguns podem ser evitados por meio de sua atuação diligente.

Para enfrentar a matéria, Christian Cahb Filho indaga, num primeiro momento, se seria possível a aplicação do princípio da cooperação diante do inadimplemento de

²⁷ LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Deveres gerais de conduta nas obrigações civis**. In: Questões controvertidas no novo Código Civil. São Paulo: Método, 2005. Pág. 93.

²⁸ NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. Do contrato: conceito pós-moderno – Em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2008. Pág. 195-196.

²⁹ *Ibidem*. Pág. 173-174.

³⁰ DIAS, Daniel Pires Novais. **O duty do mitigate the loss no direito civil brasileiro e o encargo de evitar o próprio dano**. Revista de Direito Privado, vol. 45 ano 2011 pgs. 89-144.

um negócio jurídico ou se, então, este só seria aplicável à normalidade da relação contratual.

Em resposta à questão, o autor afirma que, levando-se em consideração o atual contexto histórico e social em que o direito contratual está inserido, não se pode olvidar que o princípio da cooperação, incorporada socialmente como valor, é aplicável à fase pós contratual e, portanto, a conduta a ser adotada pelo credor, em face da quebra do contrato por parte do devedor, deve ser a de empregar esforços razoáveis para a impedir que prejuízos evitáveis ocorram³¹.

No mesmo sentido, é a doutrina de Alessandra Cristina Tufvesson Peixoto, segundo a qual o *duty to mitigate the loss* está intrinsecamente ligado à boa-fé existente nas relações negociais, vejamos:

*Vista a relevância da vítima para o estabelecimento da indenização adequada, trato de instituto que vem sendo desenvolvido no direito estrangeiro e que começa a ser estudado no direito brasileiro. Trata-se do duty to mitigate the loss, ou mitigação do prejuízo pelo próprio credor. O fundamento para esse dever está diretamente ligado ao dever de boa-fé que deve existir entre os contratantes e entres os indivíduos, em geral. Tem-se como conceito de boa-fé o dever de agir, nas relações sociais, de acordo com certos padrões mínimos de conduta socialmente recomendados, de lealdade, correção ou lisura, aos quais correspondem expectativas legítimas das pessoas.*³²

Além disso, o dever de mitigar pode ser compreendido como forma de beneficiar a economia contratual, atuando em consonância com a ideia de prevenção e precaução dos riscos assumidos pela celebração de determinado negócio jurídico.

Ora, se não fosse o dever de evitar os danos, não haveria incentivo para o credor agir de forma diligente para diminuir potenciais consequências advindas do inadimplemento contratual, uma vez que o devedor já estaria obrigado a ressarcir os prejuízos sofridos.

Assim, a teoria da mitigação do dano se coloca como forma de economia contratual à medida que evita que os valores referentes aos prejuízos econômicos decorrentes da quebra do contrato não sejam perdidos, porquanto a indenização apenas

³¹ LOPES, Christian Sahb Batista. **Mitigação dos prejuízos no direito contratual**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Pág. 161.

³² PEIXOTO, Alessandra Cristina Tufvesson. **Responsabilidade extracontratual - Algumas considerações sobre a participação da vítima na quantificação da indenização**. Revista da Emerj. Rio de Janeiro: nº 44, v.11,2008. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista44/Revista44_124.pdf. Acesso em 30 de out. de 2017.

realoca recursos das mãos do devedor para o credor, mas não recompõe à sociedade o valor perdido com o descumprimento contratual³³.

Neste sentido, Bruno Terra de Moraes em sua dissertação para obtenção de título de mestre junto à Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro pondera que:

*(...) as partes devem atuar no sentido da prevenção e mitigação dos danos, a fim de que: a) a finalidade da obrigação seja atingida com o adimplemento e satisfação das partes; b) sejam reduzidos os riscos de inadimplemento; c) uma vez inadimplida a obrigação, os seus custos sociais sejam reduzidos ao mínimo necessário; e d) os custos sociais da reparação sejam mantidos no menor nível possível. Indubitavelmente que, assim agindo, a parte estará manifestando o devido respeito à esfera jurídica alheia.*³⁴

Portanto, considerando que a ordem jurídica brasileira adota a boa-fé como princípio fundamental para o desenvolvimento das relações jurídicas travadas em sociedade, bem como tendo em vista a necessidade de que sejam respeitados valores como a solidariedade contratual e a cooperação entre as partes, se faz imprescindível a adoção da teoria da mitigação do dano no direito civil brasileiro.

2.3 O ACOLHIMENTO DA TEORIA NO DIREITO BRASILEIRO

O *duty to mitigate the loss* surge no Brasil no ano de 2004 com a publicação do artigo “*Pode o credor ser instado a diminuir o próprio prejuízo?*” de autoria da professora Véra Maria Jacob de Fradera.

Na obra, a autora coloca que em diversos outros sistemas jurídicos a ideia de que o credor deve adotar medidas capazes de minimizar os danos decorrentes do inadimplemento contratual, sob pena de ver o valor da indenização diminuído, é amplamente aceita pela doutrina e pela jurisprudência.

A partir disso, fazendo jus ao título do texto, a autora indaga acerca da possibilidade de recepção da teoria pelo direito brasileiro. Enfrentando a questão, Fradera se posiciona no sentido de que, à luz da sistemática criada pelo Código Civil de 2002,

³³ *Ibidem*. Pág. 105-106.

³⁴ MORAES, Bruno Terra de. A aplicação do dever da vítima de mitigar o próprio dano no Brasil: fundamento e parâmetros. Tese (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 238. 2016. Pág. 69.

é possível o acolhimento do *duty to mitigate the loss* no Brasil como dever anexo à boa-fé objetiva³⁵.

Todavia, por se tratar de teoria com origem em sistema diverso do sistema da *civil law*, sua recepção no direito brasileiro não ocorreu de forma pacífica, tendo ocorrido diversos debates doutrinários, sobretudo no tocante à natureza jurídica da teoria – imporia ela uma obrigação, tal qual no direito alemão, ou seria espécie de dever, nos moldes propostos pelo direito francês?

Frente este dilema, respaldados pelos ensinamentos de Fradera, parcela significativa da doutrina adota o entendimento de que o *duty to mitigate the loss* pode ser compreendido como um dever derivado da boa-fé objetiva³⁶.

Além disso, os doutrinadores têm aceitado, ainda, a recepção da teoria também por meio da noção de abuso de direito, como é o entendimento adotado por Cristiano Chaves de Farias e por Nelson Rosendal.

De acordo com os autores, o dever de cooperação, assim como o de lealdade, fixa a necessidade de que o credor não provoque o agravamento da situação danosa. Daí porque, caso não sejam adotadas condutas capazes de evitar o aumento dos danos, haverá abuso de direito por parte do credor³⁷.

Em corrente contrária, há quem defenda que o *duty to mitigate the loss* não corresponde a um dever, como é o caso de Daniel Pires Novais Dias. Segundo Dias, a teoria deve ser compreendida como um encargo de evitar os próprios danos, haja vista que a redução ou afastamento dos prejuízos não é exigível do credor e sua inobservância comportaria, tão somente, a perda total ou parcial do direito à indenização³⁸.

Passados mais de dez anos da publicação do texto de Fradera, em que pese a teoria da mitigação do dano esteja sendo amplamente aplicada pelos Tribunais brasileiros, a doutrina ainda não chegou a um consenso acerca de sua natureza jurídica, seja por dever anexo à boa-fé, seja ligada ao conceito de culpa da vítima ou ainda, por meio da aplicação da teoria do abuso de direito.

³⁵ FRADERA, Véra Maria Jacob de. **Pode o credor ser instado a diminuir o próprio prejuízo?** Revista trimestral de direito civil. Rio de Janeiro: v. 1, pg. 109-119, jul./set. 2004. Pág. 116.

³⁶ TARTUCE, Flávio. A boa-fé objetiva e a mitigação do prejuízo pelo credor. Esboço do tema e primeira abordagem. Março de 2005. Disponível em: <<http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/5>>. Acesso em: 03 de jun. de 2017.

³⁷ Farias Cristiano Chaves de; Rosendal, Nelson. **Direito civil: teoria geral**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. Pág. 616-617.

³⁸ DIAS, Daniel Pires Novais. O duty do mitigate the loss no direito civil brasileiro e o encargo de evitar o próprio dano. Revista de Direito Privado, vol. 45 ano 2011 pgs. 89-144. Pág. 112-114.

Deixando de lado os debates doutrinários acerca da natureza jurídica do *duty to mitigate the loss*, importa dizer que a teoria foi aceita no direito brasileiro e tem sido amplamente aplicada pela jurisprudência pátria.

Discorrendo sobre o tema, Paulo Nalin e Hugo Sirena afirmam que a leitura sistemática do ordenamento demonstra sua compatibilidade com as diretrizes que regem o direito brasileiro³⁹.

Inobstante não haja previsão expressa da teoria no ordenamento jurídico, é possível encontrar fundamento para sua aplicação como expressão da boa-fé objetiva nos arts. 113 e 422 do Código Civil.

Não por outra razão, foi aprovado o Enunciado 169 pelo Conselho da Justiça Federal na III Jornada de Direito Civil que estabelece: “O princípio da boa-fé objetiva deve levar o credor a evitar o agravamento do próprio prejuízo”⁴⁰.

Ademais, a jurisprudência tem aplicado o *duty to mitigate the loss*, no sentido de que não pode a parte devedora da obrigação ser responsabilizada pelo agravamento dos danos decorrentes da quebra contratual em razão da inércia do credor.

No que se refere à atuação jurisprudencial para a construção do tema no direito brasileiro, o *duty to mitigate the loss* foi aplicado pela primeira vez no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento do Resp 758.518/PR, de relatoria do Desembargador Convocado Vasco Della Giustina.

Trata o caso de ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização, na qual a parte autora busca o ressarcimento de danos decorrentes do inadimplemento de parcelas referentes à contrato de promessa de compra e venda.

No julgamento primitivo do caso pelo Tribunal de Justiça do Paraná, o então Juiz Substituto em 2º Grau, Albino Jacomel Guérios, entendeu pela aplicabilidade do *duty to mitigate the loss* para fixação do *quantum* indenizatório devido à autora.

Em suas razões de fundamentação, o membro do TJPR entendeu que, na aferição dos danos sofridos, devem ser observadas as circunstâncias fáticas de cada caso. Assim, não pode o credor concorrer para o agravamento de prejuízos decorrentes da quebra contratual, sob pena de responder pelos atos que geraram o agravamento do dano.

³⁹ NALIN, Paulo Roberto Ribeiro; SIRENA, Hugo. **A convenção de Viena de 1980 e a sistemática contratual brasileira: a recepção principiológica do duty to mitigate the loss**. Revista Jurídica. Porto Alegre: v. 60, pg. 31-46, dez. 2012. Pág. 39.

⁴⁰ CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **III Jornada de Direito Civil, Enunciado 169**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/>>. Acesso em: 20 de out. de 2017.

Destacam-se os seguintes trechos do acórdão proferido pelo Magistrado:

Mas neste ponto uma circunstância influi de algum modo. Embora o contratante inadimplente cause danos com o seu comportamento, a contraparte também tem deveres, mesmo sendo vítima de um ato ilícito. Ela não pode concorrer para o agravamento dos prejuízos; tão logo se inteire do ocorrido, deve, embora sem esforços excepcionais, procurar evitar ao máximo outras repercussões danosas, adotar prontamente as medidas necessárias à proteção dos seus interesses: (...) Se a vítima concorrer para o aumento dos prejuízos, o que muitas vezes implica em verdadeira concausa, responderá por seu ato. (...) Como a demora deve ser debitada à apelante, é de se excluir do ressarcimento a privação do uso por um ano, e para o cálculo da indenização dever-se-á considerar a demanda como proposta em 16 de outubro de 2001, por ficção, situando-se, portanto, o termo ad quem da indenização em 10 de fevereiro de 2003 (o que corresponde ao tempo transcorrido entre o ajuizamento da demanda e o cumprimento do mandado de reintegração de posse, 15 meses e 25 dias)⁴¹.

Inconformada, a parte autora interpôs Recurso Especial, alegando que a demora no ajuizamento da ação não poderia acarretar penalidade para o vendedor, tendo em vista que a indenização pretendida na demanda se faz necessária em razão do descumprimento do contrato por parte do promitente-comprador, pelo que este deve ser responsabilizado a pagar a totalidade das parcelas avençadas no contrato.

Por fim, visando combater os fundamentos do acórdão, defendeu que agiu de boa-fé, vez que a ação foi ajuizada dentro do prazo prescricional.

Em análise à questão, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, acompanhando o voto do douto relator, entendeu pelo desprovimento do recurso, mantendo os mesmos fundamentos da decisão do Tribunal de Justiça do Paraná, segundo o voto do Desembargador Convocado:

*Desse modo, verifica-se que a recorrente **descuidou-se com o seu dever de mitigar o prejuízo sofrido**, pois o fato de ter deixado o vendedor na posse do imóvel por quase 7 (sete) anos, sem que este cumprisse com o seu dever contratual (pagamento das prestações relativas ao contrato de compra e venda), **evidencia a ausência de zelo com o seu patrimônio e o agravamento significativo das perdas, uma vez que a realização mais célere dos atos de defesa possessória diminuiriam a extensão do dano.** (...) Portanto, a conduta da*

⁴¹ TJPR – 6ª C. Cível - AC 159.909-7 – Curitiba - Rel.: Albino Jacome Guérios – Unânime – J. 23.08.2004 – DJ 20.09.2004

ora recorrente, inegavelmente, viola o princípio da boa-fé objetiva, circunstância que caracteriza inadimplemento contratual a justificar a penalidade imposta pela Corte originária⁴². (grifo nosso)

Ademais, os Tribunais também têm adotado a teoria para analisar contratos bancários, como é o caso do julgamento da Apelação Cível nº 70068248798 pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Ao analisar o mérito da demanda a Des^a. Ana Paula Dalbosco, entendeu que, ao celebrar contrato de empréstimo com o banco réu, a parte autora não foi devidamente informada acerca do impacto financeiro que isso causaria em seu orçamento, tendo a instituição financeira descumprido com seu dever de prestar informações acerca dos riscos do crédito concedido.

Partindo da premissa de que cabe ao mutuante realizar uma análise prévia e minuciosa sobre a possibilidade de cumprimento contratual por parte do consumidor, a Desembargadora entendeu pela aplicabilidade do *duty to mitigate the loss* ao caso concreto, haja vista que o réu deixou de adotar medidas capazes de evitar a causação ou o agravamento de seu próprio prejuízo⁴³.

Destarte, é patente a recepção da teoria pela doutrina brasileira, bem como pelo Judiciário, que, reconhecendo o *duty to mitigate the loss* como verdadeiro dever de conduta derivado da boa-fé, o tem empregando para fundamentar casos em que o credor poderia ter evitado seus próprios prejuízos ou então, pelo menos, evitado seu agravamento.

À luz do exposto no presente capítulo, cumpre esclarecer que, seguindo a linha da doutrina majoritária e da jurisprudência pátria, este trabalho irá adotar a teoria como um dever anexo à boa-fé objetiva, capaz de impor ao segurado uma atuação cooperativa na execução do contrato de seguro, de forma que sejam empregadas condutas aptas a evitar o agravamento dos danos decorrentes da configuração do sinistro.

⁴² STJ – Terceira Turma - REsp 758.518/PR – Rel. Des. Conv. Vasco Della Giustina – J. 17.06.2010 – DJ 01.07.2010.

⁴³ TJRS – 23ª C. Cível – AC 70068248798 - Três Coroas – Rel.: Des^a. Ana Paula Dalbosco – Unânime – J. 08.03.2016 - DJ. 11.03.2016.

3 CONTRATOS DE SEGURO

O contrato de seguro é instituto do direito que surge no período das grandes navegações, notadamente no ano de 1808, com o intuito de conferir maior segurança ao comércio marítimo, servindo como instrumento de preservação dos efeitos dos negócios jurídicos celebrados à época.

A expansão dos seguros no Brasil está intrinsecamente ligada à promulgação do Código Comercial, em 1850, haja vista que a criação de norma reguladora das atividades comerciais possibilitou o desenvolvimento do ramo, permitindo a criação de diversas seguradoras, as quais passaram a operar para além do âmbito das operações marítimas⁴⁴.

Desde então, os contratos de seguro passaram a assumir papel essencial dentro das relações comerciais, sendo indispensável para aqueles que buscam maior segurança, seja em suas relações particulares ou em suas relações profissionais.

Com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, referido contrato conquistou grande espaço na sociedade, vez que o Diploma conferiu um aprimoramento das operações de seguro, que passaram a ser regidas por princípios basilares para o direito, sobretudo pela boa-fé.

Aliás, sobre o tema, são as ponderações de Pedro Alvim ao escrever sobre os contratos de seguro à luz do novo Código Civil:

*O Código Civil trouxe um aprimoramento sensível das operações de seguros que passaram a reger-se por normas atualizadas, segundo os mais modernos princípios técnicos aplicados pelos povos mais adiantados. Os trabalhos posteriores dos comentaristas difundiram os conhecimentos sobre seguros, ao comentar dispositivos a respeito. Tudo isso facilitou o desenvolvimento do mercado de seguros que desfrutava, no momento, de vigoroso impulso para acompanhar o avanço da economia nacional.*⁴⁵

Não por outra razão, Sérgio Cavalieri Filho afirma que, se não fosse a existência dos contratos de seguro, diversos empreendimentos seriam inviáveis, considerando o alto grau de riscos presentes nas relações cotidianas⁴⁶.

⁴⁴ SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. **História do Seguro**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>>. Acesso em: 20 de ago. de 2017.

⁴⁵ ALVIM, Pedro. **O seguro e o Novo Código Civil**. 1. ed., São Paulo: Forense, 2007. p.2.

⁴⁶ CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Pág. 462.

Isto porque, para o doutrinador, por meio do contrato de seguro é possível criar aquilo que se chama de socialização do dano, isto é, o seguro permite que as consequências de um único evento danoso possam ser fragmentadas e suportadas por um maior número de pessoas, tornando possível que a seguradora possa adimplir sua obrigação contratual⁴⁷.

Referido contrato se encontra disciplinado no Código Civil, em seus arts. 757 a 802, os quais estatuem normas básicas para a interpretação do tema, existindo, ainda, legislação específica responsável pela regulação dos seguros, como, por exemplo, o Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e sobre as operações de seguros no Brasil, e a Lei nº 9.656/98, a qual regula os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Dispõe o artigo 757 do Código Civil que *“pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou coisa, contra riscos predeterminados”*⁴⁸.

Da interpretação do referido dispositivo, é possível asseverar que com a consumação da situação de risco prevista no contrato, há ocorrência de prejuízo ao segurado. Daí porque, somente a partir de então, surge o dever do segurador de, em regra, adimplir o valor indenizatório, conforme previsão do art. 776 do mesmo Diploma Legal⁴⁹, desde que o segurado também esteja cumprindo suas obrigações contratuais.

No mesmo sentido, prelecionam Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho:

*Visa, pois, o contrato de seguro, a acautelar interesse do segurado, em caso de sinistro, obrigando-se, para tanto, o segurador, ao pagamento de uma indenização cujos critérios de mensuração são previamente estabelecidos pelas próprias partes.*⁵⁰

A obrigação do segurador de cobrir os riscos decorre, nas palavras de Orlando Gomes, da própria função do contrato, a qual está intrinsecamente ligada à noção de

⁴⁷ *Ibidem*. Pág. 467-468.

⁴⁸ BRASIL. Código Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 30 de ago. de 2017

⁴⁹ Art. 776. O segurador é obrigado a pagar em dinheiro o prejuízo resultante do risco assumido, salvo se convencionada a reposição da coisa.

⁵⁰ GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: volume IV - Contratos, t.2 – Contratos em espécie. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Pág. 491-492.

proteção do interesse do segurado de, na hipótese de ocorrência do sinistro, ver seus prejuízos amenizados por meio da seguradora⁵¹.

Para Sérgio Cavaliere Filho, o contrato de seguro funciona como espécie de garantia ao segurado, em que o segurador assume a posição de garante do risco assegurado, conforme se pode verificar do seguinte trecho extraído de sua obra “*Programa de Responsabilidade Civil*”:

O segurador nada mais é que um garante do risco do segurado, uma espécie de avalista ou fiador dos prejuízos que dele podem decorrer. Tão forte é essa garantia que até costuma-se dizer que o seguro transfere os riscos do segurado para o segurador. Na realidade, não é bem isso o que acontece. O risco, de acordo com as leis naturais, é intransferível. Com seguro ou sem seguro, quem continua exposto a risco é a pessoa ou coisa; é o operário que trabalha na máquina perigosa ou lá no andaime do 10º andar de uma obra; é o carro que circula numa cidade infestada de ladrões; é a pessoa que vive numa cidade violenta, e assim por diante. O que o seguro faz é transferir as consequências econômicas do risco caso ele venha a se materializar em um sinistro. O segurado compra a sua segurança mediante o pagamento do prêmio do seguro. Que segurança? De natureza patrimonial, pois sabe que, se ocorrer o sinistro, terá os recursos econômicos necessários para reparar o seu prejuízo e recompor o seu patrimônio⁵².

Insta salientar, que as obrigações contratuais do segurador encontram seus limites previstos na apólice de seguro, na qual devem estar minuciosamente descritos quais serão os riscos assumidos, o início e o fim da validade do contrato, o limite da garantia, o prêmio, e o valor do seguro, de acordo com o art. 760 do Código Civil⁵³.

Em razão de ser um contrato que visa resguardar o interesse legítimo do segurado acerca de eventuais prejuízos que possam ocorrer a partir da consumação do risco contratualmente previsto, bem como em decorrência de, em sua essência, estar ligado à noção de conjunto de pessoas expostas às mesmas probabilidades de dano, que visam contribuir com a formação de um fundo capaz de resguardar os danos decorrentes do sinistro⁵⁴, a boa-fé torna-se elemento substancial à execução do contrato de seguro.

⁵¹ GOMES, Orlando. **Contratos**. 25.ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. Pág. 520.

⁵² CAVALIERI FILHO, Sérgio. *Programa de Responsabilidade Civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Pág. 462-463.

⁵³ Art. 760. A apólice ou o bilhete de seguro serão nominativos, à ordem ou ao portador, e mencionarão os riscos assumidos, o início e o fim de sua validade, o limite da garantia e o prêmio devido, e, quando for o caso, o nome do segurado e o do beneficiário.

⁵⁴ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Pág. 465.

Nesta seara, o presente capítulo irá se dedicar ao estudo das particularidades dos contratos de seguro, sua natureza jurídica, bem como sobre a boa-fé como elemento precípua ao desenvolvimento da relação jurídica contratual existente entre o segurador e o segurado.

3.1 NATUREZA JURÍDICA E ELEMENTOS DOS CONTRATOS DE SEGURO

Acerca da natureza jurídica do contrato de seguro, Orlando Gomes leciona que o referido contrato se configura como sendo um instrumento: i) bilateral; ii) simplesmente consensual; iii) aleatório; e iv) de adesão.

Para que se possa estudar os contratos de seguro e as questões a ele atinentes, insta desenvolver melhor acerca do que se entende pelas características colocadas por Orlando Gomes.

Inicialmente, no que se refere à bilateralidade, tem-se que os contratos de seguros são tidos como instrumentos bilaterais, porquanto estabelecem obrigações tanto para o segurador quanto para o segurado. Isto porque, enquanto o segurado possui a obrigação de pagar o prêmio ao segurador, o segurador deve, uma vez estando cumprida a obrigação contraída pelo segurado, realizar o pagamento da quantia contratualmente estipulada na hipótese de ocorrência do risco a que se subordina sua obrigação. Ou seja, da relação jurídica existente entre seguradora e segurado, pode-se afirmar que o segurado é devedor de dívida certa ao mesmo tempo em que é credor de dívida condicional⁵⁵.

Já no tocante à sua característica de ser contrato simplesmente consensual, esta decorre da literalidade do art. 758 do Código Civil, tendo em vista que o Diploma Legal impõe a necessidade de que o contrato possua forma escrita, senão vejamos:

Art. 758. O contrato de seguro prova-se com a exibição da apólice ou do bilhete do seguro, e, na falta deles, por documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio.

Não obstante a necessidade de que haja forma escrita, Orlando Gomes ressalta que basta o mero consenso manifestado pelas partes contratantes para que o contrato se aperfeiçoe⁵⁶.

⁵⁵ GOMES, Orlando. **Contratos**. 25.ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. Pág. 505.

⁵⁶ *Ibidem*. Pág 505.

Ademais, os contratos de seguro se configuram como contratos aleatórios, isto é, o segurado paga quantia certa ao segurador em razão da quitação do valor do prêmio, todavia, a contraprestação por parte da seguradora é incerta, uma vez que não há garantia acerca da materialização da necessidade de cobertura do risco previsto no instrumento contratual.

De acordo com Orlando Gomes, a natureza aleatória do contrato de seguro está diretamente ligada com sua função econômico-social, porquanto há uma alternativa de ganho ou perda decorrente da relação jurídica existente, não se sabendo ao certo qual das partes obterá vantagem ou sofrerá prejuízo⁵⁷.

Por fim, o contrato de seguro se configura como contrato de adesão, uma vez que, em razão do grande número de contratantes, é dado ao segurador a possibilidade de uniformizar condições contratuais, determinando o conteúdo e os limites do contrato.

Destarte, por meio da apólice de seguro – instrumento pelo qual o contrato é celebrado – são instituídas cláusulas habituais e invariáveis que, assim como os demais contratos de adesão, impossibilitam aos contratantes a discussão e negociação das condições do instrumento contratual e de suas respectivas cláusulas⁵⁸.

No que concerne à questão de ser instrumento de adesão, convém mencionar que além de toda legislação relativa aos contratos de seguro, o Código de Defesa do Consumidor também se aplica para este tipo contratual.

Ademais, o Enunciado 370 do CJF/STJ, aprovado na IV Jornada de Direito Civil, determina que “*nos contratos de seguro por adesão, os riscos predeterminados indicados no art. 757, parte final, devem ser interpretados de acordo com os arts. 421, 422, 424, 759 e 799 do Código Civil e 1º inc. III. da Constituição Federal*”⁵⁹.

Ora, da análise da orientação do referido enunciado, o que se pode concluir é que a execução dos contratos de seguro deve estar em consonância com a função social dos contratos, com a boa-fé objetiva e à luz da proteção da dignidade humana, de forma que não pode o segurador colocar o segurado em situação de extrema desvantagem, estipulando cláusulas contratuais excessivamente onerosas⁶⁰.

⁵⁷ *Ibidem*. Pág. 506.

⁵⁸ *Ibidem*. Pág. 506.

⁵⁹ CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. IV Jornada de Direito Civil, Enunciado 370. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/>>. Acesso em: 31 de ago. de 2017.

⁶⁰ TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 6ª ed. São Paulo: Método. 2016. Pág.857.

Em relação aos elementos do contrato de seguro, Sérgio Cavaliere coloca que são eles: a) o risco; b) a mutualidade e c) a boa-fé⁶¹.

Segundo o autor, risco pode ser compreendido como perigo, isto é, como possibilidade de dano futuro e possível, que não depende da vontade das partes para ser caracterizado⁶².

Consoante se extrai do art. 757 do Código Civil, o seguro visa tutelar o interesse legítimo do segurado, assim, podem ser objetos do contrato de seguro inúmeros interesses jurídicos, sejam de ordem material ou moral⁶³.

Todavia, por ser elemento material do contrato, só existirá seguro se houver risco sobre o interesse legítimo que se visa proteger, ou seja, é necessário que haja perigo de dano para que o contrato de seguro seja celebrado.

Neste sentido, Pablo Stolze preleciona que:

No caso do seguro, nesse mesmo diapasão, caso o risco – elemento constitutivo do contrato – não exista, ao tempo da celebração da avença, o negócio é inexistente, motivo pelo qual, como uma sanção tarifada, estabeleceu a codificação civil a obrigação de o segurador pagar em dobro o prêmio estipulado, o que tem natureza jurídica indenizatória⁶⁴.

Aliás, o objetivo do seguro está relacionado à ideia de risco, vez que por meio desta espécie de contrato, o segurado visa transferir as consequências econômicas da materialização do risco ao segurador mediante o pagamento do prêmio.

No que concerne à mutualidade, essa pressupõe a ideia de contribuição entre uma coletividade de indivíduos que, por estarem expostos aos mesmos perigos em sociedade e às mesmas probabilidades de danos, formam um fundo financeiro capaz de suportar os danos decorrentes do sinistro⁶⁵.

⁶¹ CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Pág. 462.

⁶² *Ibidem*. Pág. 462.

⁶³ GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: volume IV - Contratos, t.2 – Contratos em espécie. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Pág. 506.

⁶⁴ *Ibidem*. Pág. 507.

⁶⁵ SHIH, Frank Labúrria. Os princípios do direito securitário: uma nova visão sobre o tema à luz do novo Código Civil. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/870191>. Acesso em 03 de nov. de 2017.

Por fim, no tocante à boa-fé como elemento do contrato de seguro, esta decorre de previsão expressa do art. 765 do Código Civil que dispõe que as partes devem atuar em consonância com a mais estrita boa-fé.

3.2 DEVERES DAS PARTES NA RELAÇÃO SECURITÁRIA

Para que melhor se possa entender o objeto de estudo do presente trabalho, de suma importância se faz a análise dos direitos e deveres das partes contratantes da relação jurídica securitária.

Inicialmente, no que tange ao segurador, explicam Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho que este será, necessariamente, pessoa jurídica, sob a forma de sociedade anônima, cooperativa ou sociedade mútua que, para que possa funcionar e exercer suas atividades de forma regular, deve, obrigatoriamente, para além do registro público, possuir autorização específica do Poder Executivo, sob pena de se reputar inexistente sua constituição⁶⁶.

É o segurador o responsável por assumir o risco contratualmente previsto, se obrigando ao pagamento da indenização ao segurado no caso de ocorrência do sinistro. De acordo com Sérgio Cavalieri, a obrigação do segurador não se subsumi ao pagamento de uma eventual indenização, devendo ele, sobretudo, prestar garantia ao segurado⁶⁷.

Cumprе esclarecer, ainda, que a responsabilidade do segurador se configura como responsabilidade contratual objetiva, sendo que à relação jurídica entre segurador e segurado são aplicáveis as regras do Direito do Consumidor⁶⁸, por força do disposto no art. 3º, §2º do Código de Defesa do Consumidor⁶⁹.

⁶⁶ GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: volume IV - Contratos, t.2 – Contratos em espécie. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Pág. 500.

⁶⁷ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Pág. 477.

⁶⁸ *Ibidem*. Pág. 476-477.

⁶⁹ Art. 3º. *Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.*

(...)

§ 2º. *Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, **inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária**, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.* (grifou-se)

Destarte, em razão de se tratar de responsabilidade contratual, as obrigações e a responsabilização do segurador estão adstritas aos limites constantes na apólice de seguro.

Em suma, o segurador assume tão somente a posição de garante do risco do segurado, ou seja, cabe a ele a avaliação dos prejuízos que podem decorrer da materialização do risco em sinistro, garantido que os danos sobre o interesse legítimo do segurado serão compensados por ocasião do pagamento do valor do seguro.

Por outro lado, no que se refere ao segurado, Stolze e Pamplona Filho ensinam que este pode ser “*pessoa física ou jurídica, consumidor da prestação de serviço da companhia seguradora (...)*”.⁷⁰

O segurado é aquele que possui interesse sobre o bem descrito no contrato de seguro e que transfere à seguradora o risco de dano sobre o seu interesse jurídico tutelado⁷¹.

No tocante às obrigações assumidas pelo segurado, importa dizer que sua atuação deve ser pautada pela boa-fé em todos os momentos contratuais, notadamente no que diz respeito ao dever de prestar informações verdadeiras ao segurador no momento da contratação, bem como comunicar a seguradora tão logo tenha ciência da existência do sinistro.

3.3 A BOA FÉ COMO PRINCÍPIO COGENTE PARA O EXERCÍCIO DO CONTRATO DE SEGURO

Para além de todas as características trabalhadas até aqui, o contrato de seguro é, essencialmente, um contrato de boa-fé, sendo que esta deve ser observada tanto pelo segurado, quanto pelo segurador.

Ao contratar determinado seguro, o segurado visa obter segurança e proteger o objeto do contrato, o que se torna possível à medida em que, caso os riscos previstos na apólice se materializem, a seguradora estará obrigada a reparar os danos decorrentes do evento danoso por meio do pagamento de indenização ao segurado.

⁷⁰ GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: volume IV - Contratos, t.2 – Contratos em espécie. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Pág. 500.

⁷¹ SILVA, Ivan de Oliveira. **Curso de Direito do Seguro**. 2.Ed. São Paulo: Saraiva. 2012. Pág. 119.

Daí porquê, partindo da análise dos objetivos a que se destina o contrato de seguro, é que se pode falar observar sobre a imprescindibilidade de que referida relação seja regida pelo princípio da boa-fé.

Ao estudar o tema, Ernesto Tzirulnik, Flávio de Queiroz B. Cavalcanti e Ayrton Pimentel defendem que as partes devem guardar a mais estrita boa-fé na execução dos contratos de seguro, senão vejamos:

A norma, é importante salientar, exige o comportamento com a máxima intensidade. Não diz a boa-fé, e sim, “a mais estrita boa-fé”, e acresce a ideia de veracidade. Relaciona a exigência destes comportamentos com o objeto, isto é, o interesse legítimo, assim como aquilo que lhe diz respeito, como o risco e as variações que venha a alterá-lo de forma relevante para a formação e para a execução contratuais.⁷²

Assim, ainda que a boa-fé seja elemento constitutivo de todo negócio jurídico, nos contratos de seguro o princípio ganha importância ainda maior, haja vista que o seguro visa proteger interesse legítimo do segurado, e reparar prejuízos decorrentes de um evento danoso.

Não por outra razão, a redação do Código Civil prevê, expressamente, que segurador e segurado devem guardar a mais estrita boa-fé tanto na conclusão quanto na execução dos contratos de seguro, *in verbis*:

Art. 765. O segurado e o segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato, a mais estrita boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e declarações a ele concernentes.

A aplicação da boa-fé aos contratos de seguro, nos termos do previsto pelo Código Civil, se justifica tendo em vista que o referido contrato se trata de um tipo de relação na qual existe mutualidade entre seus partícipes.

Em outras palavras, por estar o seguro intrinsecamente ligado aos interesses de uma coletividade de sujeitos que buscam a proteção de seus interesses por meio da pactuação do contrato de seguro, imprescindível se faz a observância da boa-fé em sua máxima intensidade.

⁷² TZIRULNIK, Ernesto; CAVALCANTI, Flávio de Queiroz B.; PIMENTEL, Ayrton. O contrato de seguro de acordo com o código civil brasileiro. 3. ed. São Paulo: Roncarati, 2016. Pág. 69/70

Aliás, no tocante à boa-fé na relação securitária são os ensinamentos de Pablo Stolze:

*(...) o contrato de seguro é instituto jurídico que sobrevive oxigenado pela boa-fé, quer seja na sua dimensão subjetiva (individual-psicológica de cada parte, atuando sem malícia ou torpeza), quer seja na sua dimensão objetiva (pela incidência da regra ética comportamental de orientação hermenêutica e constitutiva de deveres de proteção). Mais do que qualquer outra figura contratual, por sua vulnerabilidade a fraudes, o seguro exige a observância da ética negocial, sob pena do desvirtuamento da sua própria finalidade (...). (grifo nosso)*⁷³

Ainda, cumpre esclarecer que a aplicação do princípio da boa-fé aos contratos de seguro implica na criação, *ex lege*, de certos deveres anexos de conduta que se impõe a todos os envolvidos na relação securitária, isto é, as partes ficam adstritas a adoção de certos comportamentos que independem de previsão contratual, cuja inobservância acarreta a violação do contrato.

Neste sentido, sendo a boa-fé a alma do seguro, também importa para a execução dos contratos de seguro a observância aos seus deveres anexos, notadamente os de lealdade, informação e, sobretudo, de cooperação.

Em relação ao dever de confiança, pode-se afirmar que este possui ligação direta com a própria ideia de seguro. Ora, se ao contratar com determinada seguradora, o segurado visa à garantia de cobertura de riscos e, para tal, fica responsável pela prestação de declarações verídicas para que se possa calcular a abrangência da cobertura, o valor do prêmio e o montante indenizatório, fica claro que é necessária a existência de confiança mútua entre as partes.

Já no que diz respeito ao dever de informação, este se justifica à medida em que, ao contratar, o segurado deve emitir declarações verdadeiras, a fim de que os riscos cobertos pelo contrato possam ser devidamente honrados pelo segurador, sob pena de perder o direito à garantia, conforme disposições do art. 766 do Código Civil⁷⁴.

⁷³ GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: volume IV - Contratos, t.2 – Contratos em espécie. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Pág. 513.

⁷⁴ Art. 766. Se o segurado, por si ou por seu representante, fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou na taxa do prêmio, perderá o direito à garantia, além de ficar obrigado ao prêmio vencido.

Parágrafo único. Se a inexatidão ou omissão nas declarações não resultar de má-fé do segurado, o segurador terá direito a resolver o contrato, ou a cobrar, mesmo após o sinistro, a diferença do prêmio.

Não bastasse isso, o segurado também está obrigado a comunicar a seguradora acerca de qualquer circunstância capaz de agravar substancialmente o risco coberto pelo seguro, nos termos do art. 769 do Código Civil⁷⁵.

Já no que concerne ao dever de cooperação, este se aplica à referida relação negocial, tendo em vista que o contrato de seguro é estruturado nas mútuas informações prestadas pelas partes no momento da contratação, bem como em todas as etapas subsequentes. Assim, para que a relação securitária possa se desenvolver, é imprescindível que haja colaboração entre os contratantes.

Assim, em razão da aplicação da boa-fé, impõe-se ao segurador a adoção de cláusulas claras ao segurado e a certificação de que o segurado entendeu as disposições do contrato. Enquanto que o segurado possui obrigação de comunicar ao segurador sempre que existente alguma circunstância capaz de agravar o risco, bem como deve se abster de adotar condutas que provoquem o seu agravamento⁷⁶.

Além disso, não se pode deixar de mencionar que, tamanha é a importância da boa-fé aos contratos de seguro, que o art. 171, §2º, IV, do Código Penal prevê que a atuação de má-fé do segurado para o recebimento da indenização ou valor do seguro comporta na caracterização do crime de fraude contra seguro, cuja pena é a reclusão, de um a cinco anos, e multa:

Estelionato

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis. (...)

§ 2º - Nas mesmas penas incorre quem: (...)

Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro

V - destrói, total ou parcialmente, ou oculta coisa própria, ou lesa o próprio corpo ou a saúde, ou agrava as conseqüências da lesão ou doença, com o intuito de haver indenização ou valor de seguro;⁷⁷

⁷⁵ Art. 769. O segurado é obrigado a comunicar ao segurador, logo que saiba, todo incidente suscetível de agravar consideravelmente o risco coberto, sob pena de perder o direito à garantia, se provar que silenciou de má-fé.

⁷⁶ FRANZONI, Bruno. **A importância da boa-fé nos contratos de seguro**. Disponível em: <http://www.justen.com.br/informativo.php?&informativo=77&artigo=1028>. Acesso em 02.11.2017.

⁷⁷ BRASIL. Código Penal. **Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 02 de nov. de 2017.

Em suma, a boa-fé ganha amplos contornos nas relações securitárias, devendo ser observada pelas partes contratantes, desde a fase das tratativas negociais até a pós-contratual, de forma que, por meio de uma atuação colaborativa das partes, o equilíbrio do contrato se mantenha hígido.

4 APLICAÇÃO DO DUTY TO MITIGATE THE LOSS NA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO

À luz dos estudos produzidos até aqui, é possível concluir que a boa-fé, em sua vertente objetiva, é de extrema importância para os contratos de seguro, criando deveres de lealdade, confiança, informação e cooperação para as partes contratantes.

Nesta relação jurídica, os deveres acessórios da boa-fé se colocam tanto para o segurado quanto para o segurador e impõem uma série de comportamentos às partes, de forma que haja cooperação entre os contratantes para possibilitar a execução do contrato de seguro.

A partir do dever de cooperação entre as partes, surge o *duty to mitigate the loss* que, em linhas gerais, pode ser compreendido como expressão da boa-fé e tem como objetivo impor ao credor a adoção de condutas ativas para diminuir seus prejuízos.

Partindo do conceito base da teoria da mitigação do dano, é que se pode falar em sua aplicação aos contratos de seguro.

Isso porque, sendo negócio jurídico que, por previsão expressa da lei, deve atender à mais estrita boa-fé, as partes devem possuir comportamentos leais entre si e atuar na relação jurídica de forma cooperativa.

Ora, se não fosse a necessidade de observância ao princípio da boa-fé, por exemplo, o segurado poderia deixar de empenhar esforços para evitar o acontecimento do risco, uma vez que transferiu as consequências econômicas de sua materialização para a seguradora⁷⁸.

Por esse motivo, inclusive, que o Código Civil estabeleceu em seus arts. 768 e 771 que o segurado deve comunicar ao segurador todos os incidentes suscetíveis de agravar o risco e sobre a materialização do sinistro, tão logo tome ciência de sua ocorrência, adotando, ainda, as medidas necessárias para evitar seu agravamento⁷⁹.

Assim, diante da materialização do risco previsto no contrato e de suas consequências danosas, deve o segurado adotar todas as medidas cabíveis para diminuir o agravamento de seus próprios prejuízos.

⁷⁸ POSNER. Richard A. **Economic Analysis of law**. 6 ed. New York: Aspen, 2003. Pág. 109.

⁷⁹ Art. 768. O segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato.

Art. 771. Sob pena de perder o direito à indenização, o segurado participará o sinistro ao segurador, logo que o saiba, e tomará as providências imediatas para minorar-lhe as consequências.

Respaldando-se pelo texto dos arts. 768 e 771 e pelos posicionamentos doutrinários acerca do *duty to mitigate the loss*, o presente capítulo irá se dedicar à análise da possibilidade de aplicação da teoria da mitigação do dano aos contratos de seguro no Brasil.

4.1 PONTOS DE CONTATO ENTRE O DUTY TO MITIGATE THE LOSS E A BOA FÉ NOS CONTRATOS DE SEGURO

Conforme se demonstrou nos capítulos anteriores, a boa-fé objetiva é de suma importância aos negócios jurídicos, devendo ser observada em todas as relações contratuais por força do disposto no art. 422 do Código Civil.

Nos contratos de seguro, porém, o princípio tem seus contornos ampliados, tendo em vista que o Código Civil prevê expressamente que os contratos de seguro devem guardar a mais estrita boa-fé⁸⁰.

No tocante ao *duty to mitigate the loss*, este se mostra de extrema relevância aos contratos de seguro, justamente por ser espécie de manifestação do princípio da boa-fé.

Ora, ao mitigar o próprio prejuízo, o segurado age em consonância com os preceitos da boa-fé objetiva, atendendo aos seus deveres anexos, sobretudo no que se refere aos deveres de lealdade e cooperação contratuais.

Ademais, importa esclarecer que o *duty to mitigate the loss* também está ligado ao comando do art. 769 do Código Civil, haja vista que referido dispositivo coloca ao segurado a obrigação de comunicar ao segurador todos os incidentes suscetíveis de agravar os riscos cobertos pelo seguro⁸¹.

Corolário lógico da interpretação do art. 768, pode-se afirmar que, ao ser imposto ao segurado o dever de evitar o agravamento do risco previsto pelo contrato, o segurado também está agindo para evitar eventuais prejuízos econômicos que possam se originar com ocorrência do sinistro.

⁸⁰ Art. 765. O segurado e o segurador são obrigados a guardar na conclusão e na execução do contrato, a mais estrita boa-fé e veracidade, tanto a respeito do objeto como das circunstâncias e declarações a ele concernente.

⁸¹ Art. 768. O segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato.

Sobre referido artigo, Pablo Stolze afirma que o agravamento intencional do risco é conduta em dissonância com a lealdade contratual, sendo caracterizada como abuso de direito:

*Trata-se, indiscutivelmente, de comportamento que vulnera gravemente a lealdade contratual, caracterizando abuso de direito por parte do segurado. Por exemplo: contratado o seguro de danos de uma casa, o seu dono deixa expostos fios elétricos, facilitando a ocorrência do sinistro.*⁸²

Assim, a partir das ponderações feitas acima, resta patente que se espera das partes a adoção de condutas cooperativas e leais, capazes de viabilizar a execução do contrato de seguro.

Não por outra razão, o *duty to mitigate the loss* surge como imperativo de conduta nas relações securitárias, ainda que não esteja expressamente previsto no Código Civil e sua aplicação se dá em razão dos esforços interpretativos dos operadores do direito.

4.2 O CÓDIGO CIVIL E O DEVER DE MITIGAR O PRÓPRIO PREJUÍZO NAS RELAÇÕES SECURITÁRIAS

Inicialmente, cumpre esclarecer que, conforme já estudado no presente trabalho, o *duty to mitigate the loss* tem sido amplamente aceito pela doutrina e pela jurisprudência brasileiras, em que pese não haja previsão expressa no ordenamento jurídico brasileiro.

Todavia, examinando o conteúdo do art. 771 do Código Civil de 2002, é possível observar que, ainda que o texto não faça menção ao dever de mitigar o dano, o seu conteúdo em muito se assemelha ao conceito atribuído o *duty to mitigate the loss*, vejamos:

*Art. 771. Sob pena de perder o direito à indenização, o segurado participará o sinistro ao segurador, logo que o saiba, e tomará as providências imediatas para minorar-lhe as consequências.*⁸³

⁸² GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo curso de direito civil: volume IV - Contratos, t.2 – Contratos em espécie. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. Pág. 519.

⁸³ BRASIL. **Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 30 de ago. de 2017.

Ora, ao dispor que o segurado deverá diminuir as consequências imediatas decorrentes da materialização do risco em sinistro, sob pena de perda da indenização, referido artigo se liga diretamente à ideia central do dever de mitigar o dano, qual seja, a adoção de condutas pelo credor para diminuir a extensão de seus danos decorrentes do inadimplemento contratual.

Corroborando a possibilidade de interpretação do art. 771 do Código Civil como expressão da teoria da mitigação do dano, leciona Flavio Tartuce:

Sob pena de perder o direito à indenização, o segurado informará o sinistro ao segurador logo que souber, e tomará as providências imediatas para minorar-lhe as consequências. Essa é a regra do art. 771 do CC que, ao mesmo tempo em que traz o dever de informar do segurado, consagra o dever de mitigação da perda por parte do credor (duty to mitigate the loss), relacionado com a boa-fé objetiva. O próprio dispositivo impõe a consequência do desrespeito a esse dever, qual seja, a perda pelo segurado do direito à indenização devida, não importando se pagou o prêmio de forma integral⁸⁴.

Ademais, em consonância com a teoria da mitigação do dano, também há que se falar que o Código Civil veda expressamente a possibilidade de o segurado agravar os riscos previstos pelo contrato, sob pena de perda do direito a indenização. É o que se pode extrair da leitura do art. 768 do Código Civil: “O segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato”.

Isso porque, o agravamento intencional do risco pode gerar sua materialização em sinistro, o que, além de ser conduta desleal e contrária aos preceitos estabelecidos pela boa-fé, pode acarretar na ocorrência de prejuízos ainda mais graves ao segurado.

Portanto, da análise dos referidos dispositivos legais, é possível concluir que o segurado não só está adstrito à adoção de condutas para evitar o agravamento dos danos após a ocorrência do sinistro, como também deve se responsabilizar em não produzir situações capazes de agravar os riscos cobertos pelo seguro, em atenção, assim, à noção de se comportar de modo a evitar a ocorrência do sinistro e evitar a existência de prejuízos.

Aliás, os Tribunais pátrios têm reconhecido a aplicabilidade do dever de mitigação do dano aos contratos de seguro, notadamente no que se refere ao momento de fixação do *quantum* indenizatório.

⁸⁴ TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único. 6ª ed. São Paulo: Método. 2016. Pág. 866.

De forma exemplificativa, pertinente trazer à baila o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná no julgamento da Apelação Cível nº 1.446.113-7, onde o relator do recurso, o Juiz Substituto em Segundo Grau Carlos Henrique Licheski Klein, entendeu não ser devida indenização por lucros cessantes ao segurado, porquanto este deixou de adotar medidas capazes de diminuir os danos decorrentes do sinistro⁸⁵.

Por outro lado, o Tribunal de Justiça de São Paulo, em julgamento da Apelação Cível nº 0026769-08.2001.8.26.0100, cujo pedido inicial da ação versava sobre a possibilidade de cobertura securitária por danos em imóvel, entendeu pelo direito do segurado em perceber o valor do seguro, vez que foram adotadas medidas para mitigar os prejuízos decorrentes da eminência de desmoronamento de sua casa⁸⁶.

Assim, resta patente que tanto pela leitura do Código Civil, quanto pela construção jurisprudencial, o *duty to mitigate the loss* deve ser observado pelo segurado, independentemente de previsão contratual, com vistas à adoção de condutas capazes de evitar o agravamento dos danos decorrentes da materialização do risco a que está exposto.

⁸⁵ TJPR – 10ª C. Cível - AC 1446113-7 – Umuarama - Rel.: Carlos Henrique Licheski Klein – Unânime – J. 21.07.2016 – DJ 09.08.2016.

⁸⁶ TJSP – 6ª Câmara de Direito Privado - AC 0026769-08.2001.8.26.0100 – São Paulo - Rel.: Ana Lucia Romanhole Martucci – Unânime – J. 07.05.2015 – DJ 08.05.2015.

6 CONCLUSÃO

O *duty to mitigate the loss* é teoria relativamente recente no direito brasileiro, tendo surgido no ano de 2004 com a publicação do artigo de Vera Maria Jacob de Fradera.

O tema se mostra relevante à medida que perpassa por pontos como o princípio da boa-fé, por exemplo, tendo em vista que o segurado, ao mitigar o próprio prejuízo, atende aos deveres anexos criados pela boa-fé objetiva, sobretudo no que se refere aos deveres de lealdade, confiança e cooperação.

Outrossim, para além do estudo da preservação da boa-fé por meio da teoria, o objeto de estudo do presente trabalho, se torna de suma importância, porquanto aborda um dos contratos mais importantes da sociedade moderna – o contrato de seguro.

Com o avanço da modernidade e a necessidade de se tutelar os negócios jurídicos firmados entre os indivíduos, o contrato de seguro, que tem natureza essencialmente empresarial, passou a ser amplamente utilizado pela sociedade como forma de se garantir que os riscos aos quais determinados sujeitos ou bens estão expostos possam ser minimizados.

Da afirmação acima é possível extrair que o contrato de seguro pressupõe a noção de risco⁸⁷. Todavia, inobstante a associação entre seguro e risco, não se pode admitir que tal lógica permita que seja imputado às seguradoras o dever de pagar o prêmio em decorrência de um dano que poderia ter sido mitigado pelo segurado.

É neste sentido, que vem o artigo 77 da Convenção das Nações Unidas Sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, *in verbis*:

*A parte que invocar o inadimplemento do contrato deverá tomar as medidas que forem razoáveis, de acordo com as circunstâncias, para diminuir os prejuízos resultantes do descumprimento, incluídos os lucros cessantes. Caso não adote estas medidas, a outra parte poderá pedir redução na indenização das perdas e danos, no montante da perda que deveria ter sido mitigada.*⁸⁸

⁸⁷ GOMES, Orlando. Contratos. 26.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 505.

⁸⁸ Convenção das Nações Unidas Sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias . 11 abr. 1980. Disponível em: <<http://www.cisg-brasil.net/doc/egrebler2.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

Ademais, no tocante aos contratos de seguro, como se pôde observar, a teoria da mitigação do dano encontra respaldo no próprio Código Civil, considerando que o artigo 771 do diploma compreende que o segurado deve adotar providências imediatas capazes de diminuir as consequências danosas do sinistro.⁸⁹

Por se tratar de teoria com origem em sistema diverso do sistema da *civil law*, sua recepção no direito brasileiro foi alvo de intensas discussões doutrinárias, sobretudo no tocante à sua natureza jurídica, tendo a doutrina adotado, de forma majoritária, que o *duty to mitigate the loss* deve ser compreendido como um dever anexo à boa-fé objetiva⁹⁰.

Partindo da ideia de que o dever de mitigação do dano está intrinsecamente ligado à boa-fé, o presente trabalho buscou estudar as implicações da adoção da teoria ao direito brasileiro e a possibilidade de recepção à luz dos princípios existentes no ordenamento jurídico pátrio.

Relacionado aos deveres anexos de cooperação e lealdade, o dever de mitigação do dano se impõe às partes *ex lege*, fixando ao credor a necessidade de que aja de forma diligente a fim de evitar o agravamento de eventuais danos que surjam com o inadimplemento contratual por parte do devedor.

Em que pese seja teoria aplicável a todos os negócios jurídicos entabulados em sociedade, sua aplicação ganha maior destaque, porém, nas relações securitárias.

Não por outra razão, inclusive, se buscou evidenciar sua recepção pelos Tribunais do país que, ao analisar as relações jurídicas entre segurador e segurado, têm se posicionado no sentido de reconhecer a teoria da mitigação do dano como verdadeiro dever a ser observado pelo segurado.

Neste sentido, para verificar a existência de direito ao recebimento da indenização securitária, bem como para fixar o *quantum* indenizatório, os magistrados buscam fundamentar suas decisões a partir da avaliação acerca da observância ou não do *duty to mitigate the loss* por parte do segurado.

Com o presente estudo, se pôde observar que o dever de mitigar o dano tem extrema relevância para o direito brasileiro por ser caracterizado como expressão do

⁸⁹ Art. 771. Sob pena de perder o direito à indenização, o segurado participará o sinistro ao segurador logo que o saiba, e tomará as providências imediatas para minorar-lhe as consequências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 18 nov. de 2016

⁹⁰ FRADERA, Vera Maria Jacob de. Razões da proposta da professora Vera Jacob Fradera apresentadas quando da III Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal. In: TARTUCE, Flávio. A boa-fé objetiva e a mitigação do prejuízo pelo credor. Esboço do tema e primeira abordagem. Março de 2005. Disponível em: <<http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/4>>. Acesso em: 13 nov. de 2016.

princípio da boa-fé objetiva, devendo ser observado em todas as fases contratuais pelos partícipes das relações negociais, sobretudo no que diz respeito aos contratos de seguro, devendo ser adotado pelo segurado como forma de atenuar os danos provenientes da materialização do risco em sinistro.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Pedro. **O seguro e o Novo Código Civil**. 1. ed., São Paulo: Forense, 2007.

BRASIL. Código Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 30 de ago. de 2017.

_____. Código de Defesa do Consumidor. **Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/ujmL8078compilado.htm>. Acesso em: 31 de ago. de 2017.

_____. Código Penal. **Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 02 de nov. de 2017.

_____. **Decreto nº 8.327, de 16 de outubro de 2014**. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias - Uncitral, firmada pela República Federativa do Brasil, em Viena, em 11 de abril de 1980. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8327.htm>. Acesso em: 21 de out. de 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Paraná. **Apelação Cível nº 158909-7**. Relator: Albino Jacomel Guérios. J. 23.08.2004. DJ de 20.09.2004. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/consulta-processual/publico/b2grau/consultaPublica.do?tjpr.url.crypto=8a6c53f8698c7ff72d6c5e2eb4a83ec9c8482f7dab5401b00010caa3e511fe2e>. Acesso em 26 de out. de 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Paraná. **Apelação Cível 1446113-7**. Relator: Carlos Henrique Licheski Klein. J. 21.07.2016. DJ 09.08.2016. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/12203975/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-1446113-7>. Acesso em 04 de nov. de 2017.

_____. Tribunal de São Paulo. **Apelação Cível 0026769-08.2001.8.26.0100**. Relatora: Ana Lucia Romanhole Martucci. J. 07.05.2015. DJ 08.05.2015. Disponível em: http://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?conversationId=&cdAcor dao=8438023&cdForo=0&uuidCaptcha=sajcaptcha_f788fcd98e9847a9bfe0a708cf39bfc7&v1Captcha=amau&novoVICaptcha=. Acesso em 04 de nov. de 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível nº 70068248798**. Relatora: Ana Paula Dalbosco. J. 08.03.2016. DJ. 11.03.2016. Disponível em: http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php?nome_comarca=Tribunal+de+Justi%E7a&versao=&versao_fonetica=1&tipo=1&id_comarca=700&num_processo_mask=70068248798&num_processo=70068248798&codEmenta=6676885&templntTeor=true. Acesso em 27 de out. de 2017.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 758.518/PR**. Rel. Des. Conv. Vasco Della Giustina. J. 17.06.2010. DJ 01.07.2010. Disponível em:

https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=200500967754&dt_publicacao=01/07/2010. Acesso em 26 de out. de 2017.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **I Jornada de Direito Civil, Enunciado 24**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/>>. Acesso em: 25 de out. de 2017.

_____. **III Jornada de Direito Civil, Enunciado 169**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/>>. Acesso em: 20 de out. de 2017.

_____. **IV Jornada de Direito Civil, Enunciado 370**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/>>. Acesso em: 31 de ago. de 2017.

COUTO E SILVA, Clóvis V. **A obrigação como processo**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

DIAS, Daniel Pires Novais. **O duty do mitigate the loss no direito civil brasileiro e o encargo de evitar o próprio dano**. Revista de Direito Privado, vol. 45 ano 2011 pgs. 89-144.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito civil: teoria geral**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

FRADERA, Véra Maria Jacob de. **Pode o credor ser instado a diminuir o próprio prejuízo?** Revista trimestral de direito civil. Rio de Janeiro: v. 1, pg. 109-119, jul./set. 2004.

FRANZONI, Bruno. **A importância da boa-fé nos contratos de seguro**. Disponível em: <http://www.justen.com.br//informativo.php?&informativo=77&artigo=1028&l=pt>. Acesso em 02.11.2017.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 25.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil: volume IV - Contratos, t.1 - Teoria geral**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Novo curso de direito civil: volume IV - Contratos, t.2 – Contratos em espécie**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Deveres gerais de conduta nas obrigações civis**. In: Questões controvertidas no novo Código Civil. São Paulo: Método, 2005.

LOPES, Christian Sahb Batista. **Mitigação dos prejuízos no direito contratual**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. In: NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. **Do contrato: conceito pós-moderno – Em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MARTINS COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. **A boa-fé no Direito Privado: critérios para a sua aplicação**. 1. ed. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

MORAES, Bruno Terra de. **A aplicação do dever da vítima de mitigar o próprio dano no Brasil: fundamento e parâmetros**. Tese (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 238. 2016.

NALIN, Paulo Roberto Ribeiro; SIRENA, Hugo. **A convenção de Viena de 1980 e a sistemática contratual brasileira: a recepção principiológica do duty to mitigate the loss**. Revista Jurídica. Porto Alegre: v. 60, pg. 31-46, dez. 2012.

NALIN, Paulo Roberto Ribeiro. **Boa-Fé: contextualização contemporânea e funções**. Revista da Faculdade de Direito da UFPR. Curitiba: nº 52, pg. 67-79, 2010.

_____. **Do contrato: conceito pós-moderno – Em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

PEIXOTO, Alessandra Cristina Tufvesson. **Responsabilidade extracontratual - Algumas considerações sobre a participação da vítima na quantificação da indenização**. Revista da Emerj. Rio de Janeiro: nº 44, v.11,2008. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista44/Revista44_124.pdf. Acesso em 30 de out. de 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. v.1. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

POSNER. Richard A. **Economic Analysys of law**. 6 ed. New York: Aspen, 2003.

REALE, Miguel. **História do novo Código Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SHIH, Frank Labúrria. **Os princípios do direito securitário: uma nova visão sobre o tema à luz do novo Código Civil**. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/870191>. Acesso em 03 de nov. de 2017.

SILVA, Ivan de Oliveira. **Curso de Direito do Seguro**. 2.ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. **História do Seguro**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/a-susep/historia-do-seguro>>. Acesso em: 20 de ago. de 2017.

TARTUCE, Flávio. **A boa-fé objetiva e a mitigação do prejuízo pelo credor. Esboço do tema e primeira abordagem.** Março de 2005. Disponível em: <<http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos/5>>. Acesso em: 03 de jun. de 2017.

_____. **Manual de Direito Civil:** volume único. 6ª ed. São Paulo: Método. 2016.

TZIRULNIK, Ernesto; CAVALCANTI, Flávio de Queiroz B.; PIMENTEL, Ayrton. **O contrato de seguro de acordo com o código civil brasileiro.** 3. ed. São Paulo: Roncarrati, 2016.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. **United Nations Convention on Contracts for the International Sale of Goods (Vienna, 1980) (CISG).** Disponível em: <<http://www.uncitral.org/pdf/english/texts/sales/cisg/V1056997-CISG-e-book.pdf>>. Acesso em 09 de out. de 2017.